



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

AS FORMAÇÕES CONTINUADAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE E RELIGIÃO: ATRAVESSAMENTOS (IM)PENSÁVEIS

Claudia Penalvo; Talita Gonçalves Medeiros; Treyce Ellen Goulart; Marcio Rodrigo Vale
Caetano

Universidade Federal do Rio Grande, claudiapenalvo@somos.org.br

Resumo do artigo: Este artigo tem como objetivo questionar, analisar e compreender alguns dos modos como o tema religião atravessa a política pública de formação continuada em gênero e sexualidade para professoras/es das redes públicas e se desdobra nos currículos, aqueles experimentados nos cotidianos, das escolas dos sujeitos dessa investigação. Assim, o presente estudo financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, desenvolvido em três escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental dos municípios de Rio Grande e São José do Norte-RS busca, sobretudo, perceber como esse tema se desdobra nos currículos, aqueles experimentados nos cotidianos, das escolas dos sujeitos dessa investigação. Para tanto, seguimos como referencial teórico as contribuições de autoras/es que propõem problematizar a educação a partir de uma corrente de pensamento crítico e da Filosofia da Diferença. Como caminho metodológico, realizamos rodas de conversa nas escolas, análise de documentos e inserção no cotidiano de uma escola. As narrativas interessantes para a pesquisa denotam que no espaço escolar a religião é um tema visível e corrente, e muitas vezes não é problematizada; as formações continuadas necessitam estar diretamente ligadas ao cotidiano escolar contribuindo para uma (re)significação dos fazeres pedagógicos.

Palavras-chave: Formação continuada, Políticas públicas, Religião, Sexualidade.

Este artigo tem como objetivo questionar, analisar e compreender alguns dos modos como o tema religião atravessa a política pública de formação continuada em gênero e sexualidade para professoras/es das redes públicas e se desdobra nos currículos, aqueles experimentados nos cotidianos, das escolas dos sujeitos dessa investigação.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Buscamos interrogar as dimensões assumidas nos currículos das discussões proporcionadas pelas formações continuadas, oferecidas às professoras e aos professores da rede pública de ensino, nos municípios de Rio Grande¹ e São José do Norte,² ambas cidades do interior do Rio Grande do Sul, pela Universidade Federal do Rio Grande.

As ações de formação continuada de professoras/es, desenvolvidas pela FURG, através do financiamento da SECADI³/MEC (Secretaria e Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação), nos anos de 2006/2007, nos configuraram como ponto de partida de uma jornada investigativa de inspiração e de entusiasmo poético cartográfico.

As questões apresentadas são pensadas a partir das contribuições da Filosofia da Diferença desenvolvida por Gilles Deleuze (2013), Gilles Deleuze e Felix Guattari (2007), e que Suely Rolnik (2007) aponta sobre a possibilidade de utilizar a cartografia como um modo de entender o que se apresenta sobre gênero, sexualidade, escola, formação de professoras/es, políticas públicas, mesmo que numa cartografia se possa apenas marcar caminhos e movimentos, com outros tempos e intensidades, a partir da análise das linhas, dos planos e dos devires.

Como um trabalho cartográfico que busca no chão da experiência as pistas, a produção dos dados dessa pesquisa foi o encontro de peças, engrenagens em etapas, resultando um desenho mutante. Isso não significa que objetivava conhecer o todo, mas, à medida que ingressava no assunto, ia conhecendo outras questões que eram apresentadas e que

¹ Situada entre a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, fica 317 km distante de Porto Alegre e possui 198 mil habitantes, conforme o censo 2010, do IBGE. Possui 37 (trinta e sete) escolas municipais de Ensino Fundamental. Fica distante em torno de 8 km de São José do Norte, com travessia hidroviária pela Lagoa dos Patos.

² Conforme o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 25 mil habitantes e fica 372 km distante da capital Porto Alegre, fazendo parte da península entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos. Possui 14 (catorze) escolas municipais de Ensino Fundamental.

³ Criada em 2003 para apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, tinha o nome de SECAD. Através do Decreto 7690, de 02/03/2011, criou-se a SECADI com nova estrutura regimental e integrando SEESP (Secretaria de Educação Especial) e SECAD.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

instigavam a continuar a investigação. A primeira consistiu na análise dos materiais didáticos, dispostos na Plataforma *Moodle*,⁴ oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC), e os materiais oferecidos pela equipe executora do curso GDS e GDE, lecionados pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), nos anos de 2010 e 2012, respectivamente, pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE⁵. Também foi lido e analisado o material impresso e organizado pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)⁶ e editado pelo MEC: “Gênero e Diversidade da Escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais”⁷, livro de conteúdo, versão 2009, com 267 páginas contendo os mesmos textos referidos anteriormente, podendo, ainda, ser acessado *online*. Detivemo-nos na análise de como as categorias de gênero, de sexualidade e de homofobia estavam dispostas e apresentadas no material referido.⁸ Após, foram realizadas rodas de conversa com professoras/es participantes das formações continuadas citadas anteriormente. A participação era por adesão, ou seja, as/os profissionais fizeram parte das discussões de forma livre, por interesse próprio. A escolha das escolas, onde foram ofertadas as rodas, se deu em função de verificação de que seriam os estabelecimentos

⁴ *Moodle* é o anacrônico de “*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*”, um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. É utilizado principalmente em contexto de *e-learning*, permite a criação de cursos “*online*”, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem, e está disponível em 75 línguas. Foi criado em 2001, pelo educador e cientista computacional Martin Dougiamas.

⁵ Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, criado em 2000, é composto por docentes/pesquisadoras/es do Instituto de Educação, mestradas/es, mestrandos/os, doutoras/es, doutorandas/es, bolsistas de iniciação científica e licenciandas/os da FURG que estudam e pesquisam algumas questões centrais da sexualidade, como identidades de gênero e sexuais, diversidade sexual etc., e na produção de artefatos culturais como livros e DVD.

⁶ Criado em 2002, é um projeto do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁷ Esse livro pode ser acessado em www.e-clam.org/downloads/gde_vollversaofinal082009.pdf.

⁸ Trabalhos apresentados em Seminários Internacionais, como *Desfazendo o Gênero/2013*, *Fazendo Gênero/2013* e Congresso Internacional da ABEH/2014.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

onde houve maior participação em cursos GDE e GDS ((FURG). Os grupos ocorreram em uma escola do município de São José do Norte e em duas escolas do município de Rio Grande. Todos os nomes das/os participantes foram alterados, e os nomes das escolas também, objetivando o anonimato e o sigilo.

Em um primeiro contato com uma das escolas percebemos a forte influência da religião naquele estabelecimento educacional público. O estabelecimento ostentava na sala de entrada um banner com um homem de braços abertos, cabelos escuros compridos e barba, fazendo referência a Jesus Cristo e uma estátua em tamanho médio de um santo em cima de um arquivo de metal. Ao retornar a essa instituição, na primeira reunião com o Diretor e a Supervisora, tivemos uma surpresa: o próprio Diretor nos disse ser “espírita”. Pensávamos que ele era evangélico desde o primeiro dia em que fomos à escola para a roda de conversa, pois essa era a informação que haviam repassado. Mas, conforme a conversa foi se desenrolando, e, talvez por se sentir mais à vontade conosco, ele nos contou ser umbandista. Logo em seguida, já disse que não há problema algum no fato de ser umbandista e disse mais, que a supervisora era evangélica e trabalhavam bem juntos!

Na roda de conversa ocorrida na escola em questão foi abordado pelo grupo de professoras o tema religião, demonstrando o valor que essa questão tem para o grupo, conforme segue:

Kely: essa reunião foi da confraternização da família, a gente já chamou o pastor, o irmão da... pra falar da umbanda... até porque nós não temos a disciplina educação religiosa: é relações humanas, que aborda todos os problemas. E nesse caso que foi da família, aí o frei expôs tudo... como é que está a família hoje em dia, como ela está estruturada, foi bem tranquila assim.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Lais: esse frei, ele tem essa visão, assim... muito de quem tu pega ele de líder, ele tem uma visão mais ampla, não tem uma visão muito fragmentada, acho que é com a relação dele com a comunidade, acho que isso ajuda também.

Podemos tensionar o fato de religião ter um destaque em escolas públicas. Visto que o Estado Brasileiro é laico e o quanto, ao tratarmos de temas sensíveis como o tema da sexualidade, isso pode interferir a partir de uma postura embasada em saberes fundamentalistas ou dogmáticos, visto que em uma religião não existe democracia, diálogo. Ao mesmo tempo, somos constituídos por diversas facetas, e a religião está presente, o que não podemos nos furtar em admitir e discutir tal questão. Em outra roda de conversa ocorrida em outra escola, o mesmo assunto se fez presente no grupo:

Henrique: as questões religiosas interferem bastante, tanto para o lado bom e como para o lado não tão bom. Que aqui em São José do Norte que é a questão do negro, se falar da umbanda vai dar um certo processo de desconforto na escola. A gente tem que falar é de questões do cristianismo, saindo dali uma outra religião que não tenha essas questões poder.

A Constituição Federal não utiliza a palavra “laica” ou “laico”, tampouco define o que seja laicidade, porém entende-se que significa que o Estado declara-se separado das religiões. Assim, “não cabe ao Estado favorecer qualquer instituição religiosa, manter relação de dependência ou embaraçar-lhe o funcionamento” (RODRIGUES, 2012, p. 151). Está assegurado, ainda no mesmo documento federal, que ninguém poderá ser constrangido por causa de crença ou convicção filosófico-política. Aqui surge um aspecto interessante para reflexão, qual seja o binômio entre público e privado. A religião seria da esfera privada? Ou seria da esfera pública, visto sua presença tão significativa? Historicamente, a religião esteve associada ao Estado Brasileiro desde os tempos de sua formação e isso facilitou a presença da religião na esfera pública.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Para Elisa Rodrigues (2012), o fato de ser constitucionalmente interdito ao Estado pronunciar-se a respeito de confissões religiosas não terminou com a presença das mesmas nos espaços públicos. A autora levanta duas questões para reflexão: o problema seria lidar com o discurso religioso que pode ser inflexível ao diálogo ou seria o fato de que a abertura do Estado e o reconhecimento da relevância da religião nas escolas públicas promovam uma desestruturação de uma esfera pública considerada ideal?

Uma escola que estaria aberta para temas considerados sensíveis como a sexualidade e a diversidade, por exemplo, traria o tema religião como pauta? Mas, o objetivo seria de esclarecer sobre os assuntos tratados para que os/as estudantes possam fazer escolhas, ou exercer governo sobre a população, sobre alunos e alunas? Importante apontar que esse assunto, a religião, não consta nos textos disponibilizados nos materiais analisados pelo MEC nas formações continuadas em gênero e sexualidade. O curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), quando foi idealizado em 2006, enquanto uma política pública, tinha como objetivo estimular a reflexão sobre os nexos existentes entre formas de preconceito e discriminação e buscar novas modalidades de enfrentamento, a partir dos princípios dos direitos humanos. E o objeto a ser realizado é a formação de educadores/as das redes públicas de educação básica nos temas gênero, orientação sexual e relações etnicorraciais.

Interessante que pensemos, a partir dos escritos de Jeferson Mainardes (2006), que destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, ou seja, quem implementa a mesma, assim como a necessidade de articulação entre processos macro e micro na análise das políticas públicas. Aqui, o autor afirma que as políticas são interpretadas e, dessa forma, são recriadas. Portanto, não existe a implementação nua e crua de uma política criada em determinado espaço, pois a mesma sofre ação das pessoas que a colocarão em prática, podendo ser entendida, ainda, como uma questão de disputa. Para essa abordagem, professoras/es são consideradas/es sujeitos ativos no processo, pois o que pensam e acreditam têm implicações diretas na implementação das políticas. O campo da política educacional é,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ao mesmo tempo, processo e produto. Portanto, mesmo não abordando o tema religião este se faz presente nas escolas públicas.

Para a professora Guacira Lopes Louro (2000), precisamos entender que as relações de gênero são constituídas a partir das redes de poder, constituindo-as no mesmo processo. E ainda estão engendradas tantas outras “divisões sociais, como raça, etnia, classe, sexualidade” (2000, p.17). E ousamos acrescentar na lista apresentada pela professora o tema religião, visto estar presente nas rodas de conversa. Então, esses trabalhos precisam estar articulados para fazer frente ao modelo hegemônico vigente. Há que se romper com as relações hierárquicas das salas de aula, com o monopólio dos especialistas, “com a dicotomia entre objetivo e subjetivo, razão e emoção” (2000, p. 21). Há necessidade de um olhar complexo, amplo para transformar. Se as professoras não entenderem que tudo está interligado, como uma trama, que surge para manter um modelo de cidadã e cidadão, como poderão fazer um trabalho pedagógico que singularize?

Entendendo que subjetividade significa produção no registro do social e relação direta com a contingência sócio-histórica. O sujeito está ligado aos fluxos sociais, materiais e dos signos que o circundam, atravessam-no e o constituem. “O sujeito está no mundo e o mundo está no sujeito” (FONSECA, 2002, p. 22). A produção de subjetividade se dá no social, é coletiva e tem componentes heterogêneos, como a família, amigos, trabalho. A subjetividade é poluída porque somos terminais de inúmeros cabos. Essa noção de subjetividade, enquanto efeito de práticas discursivas dissolve as premissas elementares do indivíduo uno, indiviso, totalizado, autônomo. Portanto, a ideia de subjetividades fixas, imutáveis, solidamente territorializadas encontra-se em queda, evidenciando, dessa forma, um sujeito fragmentado. Há necessidade de questionar a centralidade da identidade fixa que reforça a ideia de homem universal: branco, proprietário e judaico-cristão. Dizer que esse homem é heterossexual seria uma redundância, já que essa figura só existe no sistema heteronormativo. Ao fazermos o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

questionamento da centralidade, estamos desconstruindo os excêntricos, ou aqueles que estão fora do centro: o homossexual, negros, mulheres etc.

Seguindo com as falas apresentadas nas rodas de conversa podemos verificar que, mesmo tendo realizado o curso GDE, alguns ditos são expressamente de controle sobre os corpos femininos e de entendimento que o exercício da sexualidade é um problema quando se trata de mulheres, como a seguir podemos verificar:

Maria: aconteceu comigo, por exemplo o ano passado, de uma menina que eu chamei e ela tava tendo o comportamento muito... a sexualidade dela estava muito aflorada, ela se comportava com os meninos de uma forma muito inadequada, com uma forma muito inadequada para o ambiente.

Maria: e a questão da sexualidade, da precocidade com que as coisas estão acontecendo, nos preocupa muito [...] um trabalho de conscientização e de orientação tem que ser feito.

Bela: ...tínhamos alguns casos aqui de alguns meninos que não se assumiram, né. E aí eu procurava conversar com eles, né... a importância da conversa de que a pessoa tem que se aceitar do jeito que ela é. [...] Tem que ter esse incentivo para que a pessoa seja quem realmente é, não ficar guardando pra si. Até, inclusive, um dos meninos, ele estuda aqui no EJA à noite, ele já me mandou mensagem pelo face: “Sora, vou casar!!”, eu falei é, com quem? “ah, com aquele moço da foto que eu te mostrei”. Então, assim, eles procuram trocar confidências.

A preocupação com o exercício da sexualidade refere-se preferencialmente, no que tange à heterossexualidade, a partir do momento em que a referência diz respeito a meninas e meninos relacionando-se de forma erótica. Não houve menção a situações de lesbianidade. Porém, quando se fala em meninos exercendo a sexualidade, mostram que existe aceitação e é conversado e estimulado o fato de “saírem do armário”. Essas atitudes nos levam a refletir que existe um reforço da norma de que mulheres não podem se expor, principalmente



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sexualmente. É um estereótipo de gênero, quando se pensa que as mulheres precisam ser dóceis, domesticadas, com diferenças sexuais hierarquizadas: mulher não pode se assumir sexualmente, mas homem deve se assumir sexualmente. Pensando a partir de uma perspectiva feminista, é impossível separar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se quer a construção de uma sociedade democrática.

Flávia Biroli afirma de forma contundente que:

[...] a análise crítica das relações de poder nas esferas convencionalmente entendidas como não públicas ou não políticas é necessária para se compreenderem as consequências políticas dos arranjos privados. Por outro lado, sem essas conexões fica difícil entender de que maneira relações tidas como voluntárias e espontâneas, mas que respaldam padrões de autoridade e produzem subordinação, têm impacto ao mesmo tempo para o exercício da autonomia por cada indivíduo – em ambas as esferas – e para a construção da democracia (2014, p. 33).

A liberdade e a autonomia para as mulheres dependem da politização de aspectos relevantes da vida privada. É na esfera pública que ocorrem as manifestações da humanidade, da vida, do comum, e é baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, enquanto que a esfera privada abriga as relações de caráter pessoal e íntimo, as individualidades concretas e particulares. Isso nos leva a refletir sobre a importância de se ter um enfoque maior nas desigualdades de gênero, o que poderá nos levar a uma reconfiguração da democracia, pois acabará por exigir que sua correspondência de forma mais efetiva à promoção da igualdade entre as pessoas e condições para o exercício da autonomia por cada um, por cada uma.

Ao trabalhar com temas considerados sensíveis, como os temas homofobia, relações etnicorraciais, gênero e sexualidade, estamos desconstruindo processos e condições que nos constituíram, para manter um modelo hegemônico de sujeitos. Ir contra a lógica binária, que nos coloca em um lugar de submissão ao outro através do controle e da dependência, é ir contra “uma forma de poder que subjuga e submete”, segundo Guacira Lopes Louro (2000). A professora faz referência às práticas pedagógicas feministas, as quais entendem o público com limites amplos, incluindo escolhas, sexualidade, vida familiar, pois tudo isso é do âmbito



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

do político, indo além do privado. Afirma, ainda, que é preciso problematizar a constituição dos polos, podendo subverter o pensamento... o conhecimento, o currículo... a escola.

A partir do entendimento de que a sexualidade não existe fora da experiência, fora de uma história e fora de uma cultura e de uma sociedade, não faz sentido pensar sexo e sexualidade fora desse contexto maior. Pois a produção desse entendimento é política, a partir de um jogo de verdades. É preciso reconhecer a complexidade do ser e a pluralidade dos saberes para ajudar a construir uma nova cultura política que tenha como premissa o reconhecimento da diferença. Reconhecer a diferença articulando com respeito de valores universais, buscando fazer frente a um sistema que busca a homogeneização através da domesticação de mentes e corpos.

As formas de organização da instituição escola, focada no submetimento à autoridade, à verticalização das relações de poder, e que pode ser representada pelo organograma e pela identidade congelada, não promove as relações horizontais, o diálogo e a transversalidade. Ao abrir a visão, tornando-a a mais ampla possível, estaremos promovendo a visão transversal, visão aberta. Dessa forma, estaremos deflagrando a existência de sujeitos autônomos em todos os níveis que farão conexões de saberes e de invenções de novas possibilidades. É buscar a multiplicação da diferença para acabar com a homogeneização, é proliferar processos de criação em todos os níveis e espaços, seja na família, na escola. A multiplicidade nos faz sair dos binarismos, é a proliferação dos impensáveis, é a proliferação dos rizomas criativos e criadores. É um trabalho baseado em uma ética que desarticula o sistema de julgamento, onde as oposições dos valores de bem e mal é substituída pela diferença qualitativa dos modos de existência bom e mau. Pois toda a lei moral é um dever, que busca uma obediência como única finalidade.

É preciso, nesse sentido, pensar na possibilidade de se realizarem discussões sistemáticas e contínuas nas escolas que deem conta de responder às necessidades da comunidade escolar, de acordo com as falas das próprias participantes das rodas de conversa,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de modo que haja preparação teórico-prática-política e uma utilização mais adequada dos recursos e dos saberes das escolas. E, sim, trago a palavra “política” porque é preciso não termos medo de usá-la, pois a educação é intencional, tem querer e desejo, portanto, política é. Pensar amplamente no tipo de democracia desejada e nos sujeitos que irão habitar as cidades é algo que não podemos nos furtar mais. Visto que a instituição escola, assim como a instituição família, é um dos contextos de socialização mais importantes.

Ao longo dessa discussão podemos perceber o quanto a dimensão política da vida se faz presente na construção dos conceitos apresentados pelas/os autoras e autores em cena. Apontam para a necessidade histórica de alavancarmos lutas em favor da produção da diferença de si e do outro. Essas lutas trazem problematização sobre a organização social existente e, também, sobre o que pode vir a ser construído.

Podemos nos perguntar se o Estado está se valendo dos mais diversos modos de controle para manter-se em seu formato já instituído, contando, assim, com uma rede organizada. Pois a produção viva de si no encontro com o outro é incessante e atualiza a potência coletiva para transformar a realidade no social. Ou seja, ao deixarmos de discutir a produção de relações assimétricas como algo social e histórico, não podemos produzir novas desigualdades e opressões sociais, mesmo que isso aconteça de forma involuntária?

É necessário, contudo, que se faça presente uma ação política, ou seja, irmos além da investigação dos modos de viver. É crucial imprimirmos o produto das invenções subjetivas no cotidiano das relações sociais. No caso, nas relações sociais na escola. Cabendo a complexa tarefa de acolher a diferença como parte integrante da vida. Entendendo diferença a partir da qual o outro, em movimentos de diferenciação e na dimensão mais viva, possa existir sem ser reduzido a um executor de normas universalizadas.

Isso implica entender a subjetividade, os modos de subjetivação e o sujeito como construções que não se fecham em entidade pacífica. A experiência da desestabilização, sistematicamente repetida ao longo de toda existência, é efeito de um processo que nunca



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

cessa e que faz da subjetividade sempre um outro, um si e não si ao mesmo tempo. E isso tem tudo a ver com ética. Pois é quando a vida pode fluir e afirmar-se em sua potência criadora, depende da relação que se estabelece com o trágico, como se reage ao mal-estar a cada momento.

Nessa linha de pensamento, a transversalidade é o oxigênio para manter vivo o humano. Sua quantidade é variável ao longo de uma existência. Quanto mais investimos nesta transversalidade, de braços dados com o trágico e envolvendo-nos com a cultura, maior o rigor e o vigor de nossa produção.

Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 2013. 184 p.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: 34, 2007. 96 p.

FONSECA, Tania Mara Galli. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In: FONSECA, Tania Mara Galli (org.). **Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 13-28.

LOURO, Guacira L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000. 111 p.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Educ. Soc**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

RODRIGUES, Elisa. A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública. In: **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 149-174, jan/mar. 2012.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2007. 247 p.



**XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES**